

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

NFE Power Brasil Participações S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

NFE Power Brasil Participações S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	11



Shape the future
with confidence

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
NFE Power Brasil Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da NFE Power Brasil Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 30 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O


Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC BA-025348/O

NFE Power Brasil Participações S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.223	27.144	171.367	234.957
Caixa restrito	5	-	-	187.948	258.087
Contas a receber	6	-	-	598.555	287.577
Transações com partes relacionadas	8.a	5.666	1.294	-	-
Estoques	7	-	-	83.843	114.812
Adiantamentos e despesas antecipadas		3.201	1.999	11.717	16.564
Tributos a recuperar		297	44	39.568	12.981
Outras contas a receber	9	-	-	109.317	-
Total do ativo circulante		10.387	30.481	1.202.315	924.978
Não circulante					
Depósitos judiciais e cauções		487	487	4.804	700
Adiantamentos e despesas antecipadas		-	-	97	968
Tributos a recuperar		-	-	-	5.677
Investimentos	10	1.464.225	1.146.573	-	-
Imobilizado	11	3.016	4.598	4.287.721	4.296.170
Intangível	12	3.717	4.995	1.064.747	1.890.985
Total do ativo não circulante		1.471.445	1.156.653	5.357.369	6.194.500
Total do ativo		1.481.832	1.187.134	6.559.684	7.119.478

NFE Power Brasil Participações S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	14	1.652	5.674	627.695	128.121
Proventos e encargos a pagar		33.631	36.484	35.745	38.647
Transações com partes relacionadas	8.b	3.042	3.103	279.857	531.456
Passivo de arrendamento	16	1.595	1.595	168.741	308.881
Debêntures	15	-	23.466	-	23.466
Empréstimos a pagar	17	-	-	57.454	-
Tributos a recolher	13	1.669	1.158	19.023	87.400
Outras contas a pagar		383	-	34.325	7.233
Total do passivo circulante		41.972	71.480	1.222.840	1.125.204
Não circulante					
Debêntures	15	-	1.228.430	-	1.228.430
Passivo de arrendamento	16	3.124	4.422	1.109.253	2.030.612
Transações com partes relacionadas	8.c	43.900	43.550	712.990	656.642
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	2.053.218	2.206.983
Provisão para contingências	25	1.264	-	6.924	158
Total do passivo não circulante		48.288	1.276.402	3.882.385	6.122.825
Patrimônio líquido					
Capital social	18.a	3.395.085	1.719.813	3.395.085	1.719.813
Custo na captação de recursos	18.b	(12.938)	(6.525)	(12.938)	(6.525)
Adiantamento para futuro aumento de capital		12.351	-	12.351	-
Prejuízos acumulados		(1.964.047)	(1.834.770)	(1.901.159)	(1.802.573)
Transação de capital com acionista	18.c	(39.266)	(39.266)	(39.266)	(39.266)
Reservas de capital – opções outorgadas		387	-	387	-
Total do patrimônio líquido		1.391.572	(160.748)	1.454.459	(128.551)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.481.832	1.187.134	6.559.684	7.119.478

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	19	-	-	2.589.800	1.031.028
Custo dos produtos vendidos	20	-	-	(2.752.132)	(1.083.147)
Prejuízo bruto		-	-	(162.332)	(52.119)
Despesas operacionais					
Despesas gerais, administrativas e outras	21	(160.722)	(98.342)	(215.849)	(125.655)
Outras receitas (despesas), líquidas	21	737	-	165.827	205
Despesas operação terminal	22	-	-	(139.495)	-
Resultado de equivalência patrimonial	10	(14.816)	(599.233)	-	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		(174.801)	(697.575)	(351.849)	(177.569)
Receitas financeiras	23	91.700	41.817	514.080	110.353
Despesas financeiras	23	(46.175)	(460.106)	(220.779)	(998.512)
Resultado financeiro		45.525	(418.289)	293.301	(888.159)
Prejuízo operacional antes dos impostos		(129.276)	(1.115.864)	(58.548)	(1.065.728)
Imposto de renda e contribuição social corrente	13.1	-	-	(40.038)	(33.621)
Prejuízo do exercício		(129.276)	(1.115.864)	(98.586)	(1.099.349)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(129.276)	(1.115.864)	(98.586)	(1.099.349)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total resultado abrangentes do exercício	(129.276)	(1.115.864)	(98.586)	(1.099.349)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social		Custo de captação	Prejuízos acumulados	Transação de capital com acionista	AFAC	Reservas de opções outorgadas	Subtotal	Total
	Subscrito	A integralizar							
Saldos 31 de dezembro de 2023	1.328.510	(86.330)	(4.710)	(703.224)	(39.266)	-	-	494.980	494.980
Integralização de capital (nota 18)	434.776	42.857	-	-	-	-	-	477.633	477.633
Custo de captação de capital (nota 18.b)	-	-	(1.815)	-	-	-	-	(1.815)	(1.815)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.099.349)	-	-	-	(1.099.349)	(1.099.349)
Saldos 31 de dezembro de 2024	1.763.286	(43.473)	(6.525)	(1.802.573)	(39.266)	-	-	(128.551)	(128.551)
Integralização de capital (nota 18)	1.631.799	43.473	-	-	-	-	-	1.675.271	1.675.271
Custo de captação de capital (nota 18.b)	-	-	(6.413)	-	-	-	-	(6.413)	(6.413)
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 18.d)	-	-	-	-	12.351	-	-	12.351	12.351
Reservas de opções outorgadas	-	-	-	-	-	-	387	387	387
Prejuízo do exercício	-	-	-	(98.586)	-	-	-	(98.586)	(98.586)
Saldos 31 de dezembro de 2025	3.395.085	-	(12.938)	(1.901.159)	(39.266)	12.351	387	1.454.459	1.454.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(129.276)	(1.115.864)	(98.587)	(1.099.349)
Ajustes do resultado ao caixa:				
Depreciação e amortização	2.101	1.598	123.134	78.373
Baixa do imobilizado, Intangível e outras	1.059	-	4.674	17.543
Equivalência patrimonial	14.816	599.233	-	-
Perdas cambiais em atividades operacionais não realizadas	-	-	(63.727)	53.496
Variação cambial de fornecedores, empréstimos e outros	(89.452)	268.570	(254.121)	667.240
Juros de debêntures, empréstimos e amortização de captação	44.039	146.790	162.236	203.268
Desreconhecimento arrendamento	-	-	(62.321)	-
Provisões, perdas estimadas e outros	7.256	(74)	4.761	77.927
Variações no capital circulante				
Contas a receber	-	-	(427.390)	(287.482)
Transações com partes relacionadas	(4.372)	(1.294)	-	77.215
Estoques	-	-	30.969	(114.812)
Adiantamentos e despesas antecipadas	(1.202)	112	5.719	3.374
Tributos a recuperar	(248)	1.910	(20.272)	(10.493)
Outros ativos	-	-	(4.104)	(29)
Fornecedores	(10.513)	3.866	517.216	(38.768)
Proventos e encargos a pagar	(2.853)	25.761	(3.004)	25.642
Transações com partes relacionadas	(61)	61	(228.398)	518.344
Tributos a recolher	510	7	6.292	82.143
Outros passivos	1.264	-	2.303	-
Pagamento de juros debentures	(35.437)	(18.767)	(35.437)	(18.673)
Pagamento de juros financiamento	-	-	-	(15.335)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(74.167)	(464)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(202.369)	(88.091)	(414.224)	219.160
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	256.229
Caixa restrito	-	-	70.139	(20.150)
Dividendos recebidos	182.500	-	-	-
Aumento de capital em controlada em conjunto	(514.968)	(366.625)	-	-
Aquisição de imobilizado	(300)	(4.892)	(20.662)	(1.206.141)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(332.768)	(371.517)	49.477	(970.062)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.351	-	12.351	-
Recursos provenientes dos acionistas	1.675.272	477.633	1.675.272	477.633
Recurso provenientes de financiamento bancário	-	-	-	1.726.271
Pagamento de empréstimos	-	-	-	(978.081)
Pagamento de debêntures	(1.170.046)	-	(1.170.046)	-
Custo emissão dos empréstimos	-	-	-	(65.514)
Custo de captação de capital pagos	(6.413)	(1.815)	(6.413)	(1.815)
Pagamento de arrendamentos	(1.948)	(1.186)	(210.006)	(194.689)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	509.216	474.632	301.158	963.805
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(25.921)	15.024	(63.589)	212.903
No início do exercício	27.144	12.120	234.957	22.054
No final do exercício	1.223	27.144	171.368	234.957
Variação do caixa e equivalentes de caixa	(25.921)	15.024	(63.589)	212.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A NFE Power Brasil Participações S.A. ("Companhia" ou "Grupo") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída em 28 de janeiro de 2016.

A Companhia tem por objetivo social: participar, como sócia ou acionista, do capital de outras companhias ou empreendimento. Por meio da participações em outras companhias, pretende atuar no segmento de geração de energia termelétrica, com a utilização de gás natural como combustível para operação das turbinas geradoras, bem como a operação de terminais de importação de gás natural liquefeito ("GNL").

Em 2024, os projetos em construção dos terminais de GNL iniciaram a fase final do comissionamento a quente. O Terminal de Gás de São Francisco do Sul teve a finalização do comissionamento em dezembro de 2024, quando foi obtida a última licença necessária pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), a partir do qual o terminal de GNL foi transferido para ativo fixo. Desde maio de 2024, o Terminal de Gás mantinha operações de fornecimento de gás à Companhia Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. ("TBG"), sem utilização da capacidade total do terminal.

Por sua vez, o Terminal de Gás de Barcarena teve a finalização do processo de comissionamento a quente em abril de 2026, conforme nota explicativa 28, porém já mantinha operações de fornecimento de gás à Alunorte desde o referido ano de 2024, também sem a utilização total da sua capacidade.

Em dezembro de 2024, houve a finalização do contrato de fornecimento de gás com a TBG, de forma que o ativo foi posto em hibernação. Em março de 2025, a embarcação Winter foi encaminhada para docagem, conforme cronograma de manutenção preventiva, e com o objetivo de assegurar as condições operacionais e de segurança do navio, em conformidade com os padrões técnicos e regulatórios aplicáveis. Em abril de 2025, em função do ativo ter sido posto em hibernação, houve o distrato do contrato de arrendamento da referida embarcação.

No mês de julho de 2025, iniciou-se uma operação de recomposição de lastro de energia através de contratos de compra e venda de energia elétrica, com uma empresa comercializadora terceira, visando atender aos contratos de comercialização no ambiente regulado "CCEAR" na modalidade de energia elétrica, originados no Leilão A-6/2019. Em agosto de 2025, iniciou-se o comissionamento a quente da UTE Novo Tempo Barcarena com previsão de finalização em maio de 2026.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros, mensurados a valor justo através do resultado.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

A administração não tem o conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

Em 30 de abril de 2026, a diretoria da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- Acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.2. Base de consolidação--Continuação

O resultado de cada componente de outros resultados abrangentes é atribuído aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações contábeis das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As demonstrações contábeis consolidadas do Grupo incluem:

Entidades com controle direto	País sede	Percentual de participação	
		2025	2024
NFE Power Latam Participações e Comercio Ltda	Brasil	100%	100%
Celba 2 - Centrais Elétricas Barcarena S/A	Brasil	100%	100%
Celba - Centrais Elétricas Barcarena S/A	Brasil	100%	100%

2.3. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Operações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio no final do exercício, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. A Administração da Companhia e das controladas se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço da Companhia e de suas controladas, envolvendo risco significativo que poderiam causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

Redução dos valores de recuperação dos ativos imobilizado e intangível

Os itens dos ativos imobilizado e intangível com prazo de vida útil definida que apresentem indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros, econômicos e considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados por meio de realização do teste de impairment conforme requerido pelo CPC 01 (IAS 36).

Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

A Companhia e suas controladas adotam como procedimento a revisão periódica dos bens do ativo imobilizado com o objetivo de identificar possíveis perdas e efetua também, pelo menos anualmente revisões da vida útil dos bem registrados no ativo imobilizado. Caso sejam identificadas, as alterações serão realizadas de forma prospectiva.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo não reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. Tendo como premissa o desconhecimento, até a data da publicação desta demonstração, por parte Administração e pelos advogados que representação a Companhia a existência qualquer processo efetuado contra o grupo e/ou a Companhia.

Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os *inputs* considerados nestes modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que estes *inputs* não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a estes fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

A mensuração do valor justo dos contratos de swap é calculada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito da Companhia e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de *credit default swaps* ou preços atuais de títulos negociados.

Momento de entrada em operação do Terminal de Gás de Barcarena e da UTE Novo Tempo Barcarena

A fim de que o ativo seja considerado operacional, a Companhia deve empregar julgamento significativo na identificação do momento em que este está na localização e condição necessárias para que possa operar da maneira pretendida pela administração, bem como aplicar essa política de forma consistente.

Para essa determinação, a Companhia considera uma série de fatores. Exemplos desses requerimentos são as conclusões dos laudos da área interna de engenharia; o atingimento de marcos estabelecidos no contrato com o EPCista (empresa que oferece serviços de engenharia, suprimentos e construção, responsável pela execução das obras do terminal); bem como a obtenção de todas as permissões e licenças junto às autoridades governamentais.

Dessa forma, a unidade do Terminal de Gás de Barcarena e a UTE Novo Tempo Barcarena não foram colocadas em operação até 31 de dezembro de 2025, mediante o não cumprimento dos critérios mencionados.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2.5. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e a serem emitidos

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. As seguintes normas foram revisadas ou propostas pelo IASB:

Norma	Alterações
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança especifica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.
Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligadas, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Alterações
IFRS 18	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações
IFRS 9 e IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros
IFRS 9 e IFRS 7	Contratos Referenciados a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia em períodos futuros, exceto se indicado a seguir:

IFRS 18 – Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduziu novas exigências para:

- Apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- Apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras;
- Melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A Companhia deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A Companhia está monitorando o tema, e trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações contábeis primárias e nas notas explicativas.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos e das características dos fluxos de caixa determinado de cada contrato, assim como o modelo de negócios exercido pela Companhia para a gestão e reavaliação destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao valor justo com variações reconhecidas imediatamente no resultado do exercício. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício conforme incorridos. Esses títulos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título. As aplicações contábeis da Companhia são mantidas para negociação e mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros possuem sua classificação descrita como ao valor justo por meio do resultado. Esses valores são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem, fornecedores e empréstimos, ambos incluindo transações com partes relacionadas, debêntures, passivo de arrendamento e outras contas a pagar.

Mensuração subsequente

Passivos financeiros ao custo amortizado

Especificamente o mútuo, após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são levados ao resultado quando os passivos são baixados, assim como a amortização da taxa de juros efetiva.

A amortização é incluída como despesa financeira na demonstração de resultado. Nesta categoria encontramos na Companhia a sua aplicação relacionada a empréstimos financeiros contraídos e sujeitos a juros.

O mútuo que a Companhia possui não apresenta amortização e não prevê, em seu contrato, taxa de juros.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Investimentos em empreendimento controlado em conjunto

Operação em conjunto (ou *joint venture*) é um negócio segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

O investimento da Companhia em empreendimento controlado em conjunto é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento controlado em conjunto é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido do empreendimento controlado em conjunto a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada ou joint venture é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais do empreendimento controlado em conjunto. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio do empreendimento controlado em conjunto, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e o empreendimento controlado em conjunto são eliminados em proporção à participação no empreendimento controlado em conjunto.

As demonstrações contábeis do empreendimento controlado em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação das demonstrações contábeis da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia e Grupo.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia no investimento controlado em conjunto. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento no empreendimento controlado em conjunto sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável do investimento controlado em conjunto e o seu respectivo valor contábil, e reconhece a perda em "Participação em lucros de investimento", na demonstração do resultado.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Investimentos em empreendimento controlado em conjunto--Continuação

Ao perder influência significativa sobre o empreendimento controlado em conjunto, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil do investimento, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

3.4. Imobilizado

Instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Máquinas e equipamentos: 10 anos;
- Móveis e utensílios: 10 anos;
- Equipamento comunicação: 5 anos
- Equipamento de tecnologia: 5 anos;
- Isotâncas: 10 anos;
- Reservatórios de água: 10 anos;
- Unidade de regás: 25, 30 e 60 anos, de acordo com laudo de inventário;
- Terminal GNL: Vida útil entre 5 e 63 anos, de acordo com laudo de inventário;
- Benfeitorias: conforme vigência de contrato.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Capitalização dos custos de empréstimos

A Companhia adota como política a capitalização dos custos de empréstimos diretamente associados a ativos em construção, incluindo não apenas os juros, mas também os efeitos cambiais decorrentes desses financiamentos. Anualmente, a Companhia revisa a capitalização dos efeitos cambiais vinculados ao ativo em construção, aplicando uma abordagem cumulativa, uma vez que a construção do ativo é maior que um período contábil. Em razão dessa abordagem, a Companhia avalia o limite máximo permitido ("cap") de capitalização anualmente, e em anos subsequentes, ganhos ou perdas cambiais anteriormente reconhecidas no resultado do exercício podem passar a atender aos critérios de capitalização.

3.6. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

3.7. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. As despesas gerais e administrativas são registradas no resultado quando incorridas.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.8. Tributação

(a) Tributos correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável, as provisões dos tributos correntes, refletem quando aplicável, as incertezas relacionadas a sua apuração.

A Companhia adota o regime de variação cambial caixa para tributação do imposto de renda e contribuição social.

(b) Tributos diferidos: o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis, seu registro, quando aplicável refletem as incertezas sobre o tributo sobre o lucro

Tendo em vista que a Administração da Companhia não possui expectativa de lucros tributáveis futuros no curto prazo não foi constituído a provisão do imposto diferido sobre prejuízo fiscal.

3.9. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e os ativos e passivos de longo prazo, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita. Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência. A constituição do ajuste a valor presente é registrada nas rubricas, sujeitas à aplicação da norma, e tem como contrapartida a rubrica "Resultado financeiro".

A Companhia avaliou se os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo estão sujeitos à avaliação a valor presente, e considerando a imaterialidade conclui que não há ativos e passivos que devam ser ajustados a valor presente.

3.10. Reconhecimento da receita na fase de desenvolvimento

A Companhia está no ramo de distribuição de gás natural liquefeito, e dada a natureza dos projetos de indústrias extrativas, há situações em que a receita pode ser gerada antes do início da produção comercial e do ativo passar, efetivamente, à fase de produção. Um exemplo disso é o teste de inicialização de uma planta de GNL (gás natural liquefeito), situação do Terminal de Barcarena ao longo do exercício de 2024 e 2025.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.10. Reconhecimento da receita na fase de desenvolvimento--Continuação

Importa mencionar que um julgamento significativo é necessário para determinar quando o ativo está na condição para operar conforme pretendido pela administração, ou seja, quando está pronto para seu uso (item 2.4).

A partir de janeiro de 2022, a IAS 16 foi alterada para proibir a dedução das receitas de vendas do custo de um item do imobilizado durante a fase de desenvolvimento. Em vez disso, a entidade deve reconhecer tais receitas de vendas, juntamente com os custos de produção desses itens, no resultado, aplicando as normas contábeis aplicáveis.

Desde que relevantes, eventuais resultados das operações comerciais da Companhia ao longo da sua fase de desenvolvimento, através da abordagem margem líquida igual a zero, também formam o ativo em construção. Uma vez que as atividades da fase de desenvolvimento da Companhia contribuem para desenvolvimento da infraestrutura do terminal.

Por sua vez, o CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Essa receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. Adicionalmente, a receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável.

3.11. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Grupo como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Arrendamentos--Continuação

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.4.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Arrendamentos--Continuação

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos	8	19	164	795
Aplicações financeiras de liquidez automática	1.215	27.125	171.203	234.162
Total	1.223	27.144	171.367	234.957

As aplicações financeiras referem-se a aplicações de renda fixa, mantidas com instituições financeiras de primeira linha, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de capital de giro da Companhia e suas controladas. Em 2025 e 2024, a remuneração dessas operações está vinculada à variação entre 90,00% e 102,00% do CDI conforme natureza e prazo de cada instrumento.

5. Caixa restrito

A composição do caixa restrito está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras de curto prazo	-	-	187.948	258.087
Total	-	-	187.948	258.087

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuem cerca de R\$ 147.500 (R\$ 237.937 – 31/12/2024) em caixa, cuja utilização está restrita ao pagamento dos custos do imobilizado em construção. Além disso, há um montante restrito para fins de manutenção de apólices de seguro garantia associados à operação do Terminal de São Francisco do Sul de R\$ 22.543 (R\$ 0 – 31/12/2024), bem como um valor mínimo a ser mantido em conta corrente para pagamento das despesas do afretamento da embarcação Celsius, no valor de R\$ 17.905 (R\$ 20.150 – 31/12/2024).

Desde 2023, a Companhia e suas controladas possuem a política de aplicar os valores destinados aos projetos de Capex, até a devida utilização em aplicações de curto prazo indexados em certificados interbancários com instituições de grande porte com remuneração entre 70% e 100% do CDI; e em *time deposits* cuja rentabilidade está vinculada a certificados de depósitos internacionais, carência no resgate entre 30 e 90 dias e remuneração entre 3,4% a 4,5% ao ano.

Os valores recebidos via empréstimo, descritos na nota 17, para construção da UTE Novo tempo Barcarena tem como única destinação a construção do ativo da Companhia.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber

A composição referente ao contas a receber da Companhia está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Clientes nacionais (a)	-	-	179.863	287.644
Clientes nacionais a faturar (b)	-	-	418.724	-
(-) PECLD (c)	-	-	(32)	(67)
Total	-	-	598.555	287.577

- (a) Refere-se ao contrato de fornecimento de gás com a Alunorte, no montante de R\$ 179.372 (R\$ 254.495 – 31/12/2024) e com a TBG, no montante de R\$ 0 (R\$ 33.149 – 31/12/2024). Em 2025, o gás residual no Terminal de Gás de São Francisco do Sul foi vendido à Companhia GALP Energia Brasil S.A., no montante de R\$ 491 (R\$ 0 – 31/12/2024), tendo sido integralmente recebido em janeiro de 2026.
- (b) Refere-se à receita medida não fatura auferida com a venda de energia elétrica para as empresas distribuidoras em atendimento aos CCEARs originados no Leilão de Energia Nova A-6 de 2019.
- (c) A provisão de crédito de liquidação duvidosa é efetuada através da avaliação do rating de seus clientes e aplicação de alíquota para cada tipo de rating sobre o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A Administração entende que o montante constituído de PECLD é suficiente e apropriado para fazer face a eventuais perdas.

7. Estoques

A composição do estoque é demonstrada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Gás natural liquefeito – GNL	-	-	78.807	110.373
Peças de reposição	-	-	5.036	4.439
Total	-	-	83.843	114.812

8. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos relativos às operações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber (a)	5.666	1.294	-	-
Total a receber de partes relacionadas	5.666	1.294	-	-
Contas a pagar (b)	3.042	3.103	279.857	531.456
Mútuo (c)	43.900	43.550	712.990	656.642
Total a pagar a partes relacionadas	46.942	46.653	992.847	1.188.098

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

8. Transações com partes relacionadas--Continuação

a) Contas a receber

O contas a receber contabilizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 refere-se ao rateio das despesas de serviços administrativos incorridas de forma centralizada na controladora NFE Power Brasil Participações S.A.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
CELBA - Centrais Elétricas Barcarena S.A	2.533	-	-	-
NFE Power Latam	3.133	1.294	-	-
Total circulante	5.666	1.294	-	-

b) Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
NFE Power Latam Participações S.A.	-	61	-	-
NFE North Trading LLC (a)	-	-	276.815	507.958
NFE Winter US LP (b)	-	-	-	20.456
LNG Power Limited (c)	3.042	3.042	3.042	3.042
Total	3.042	3.103	279.857	531.456

- (a) A transação corresponde à compra de GNL para abastecimento dos terminais das controladas Celba e Latam;
- (b) Refere-se aos gastos de afretamento do navio Winter, alocado no terminal de GNL do Terminal Gás Sul. Inicialmente, este contrato foi celebrado com a NFE Winter US LP, porém teve sua finalização em abril de 2025;
- (c) Refere-se ao custo de emissão das debêntures de responsabilidade da LNG Power Limited, que foram suportados pela NFE Power Brasil Participações S.A..

c) Mútuos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
LNG Power Limited (a)	16.030	18.039	16.030	18.039
NFE Brazil Funding LP (b)	27.870	25.511	696.960	638.603
Total	43.900	43.550	712.990	656.642

- (a) Refere-se à dívida com a LNG Power Limited., no valor original de R\$ 11.206 denominada em dólares americanos. Sobre esse montante não há incidência de juros, sendo corrigido apenas pela variação cambial.
- (b) A Companhia e suas controladas possuem empréstimos formalizados através de contratos com a NFE Brazil Funding LP, denominados em reais, com a finalidade de fornecer os fundos necessários para que desenvolvam seus projetos de infraestrutura no Brasil. Com isso, a cada valor emprestado, incide uma taxa anual de juros de 12% sobre o valor principal, com o vencimento em 20 anos a partir da data de liberação do crédito, entre 2041 e 2042.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

8. Transações com partes relacionadas--Continuação

Abaixo, evidenciamos a movimentação do financiamento com a NFE Brazil Funding LP:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	23.146	580.084
(+) Provisão de juros	2.365	58.519
Saldo em 31 de dezembro de 2024	25.511	638.603
(+) Provisão de juros	2.359	58.357
Saldo em 31 de dezembro de 2025	27.870	696.960
Não circulante	27.870	696.960

9. Outras contas a receber

A composição das outras contas a receber é demonstrada abaixo:

	2025	2024
Indenizações (a)	109.317	-
Total	109.317	-

- (a) Em decorrência de danos associados ao atraso no desenvolvimento da termelétrica Novo Tempo Barcarena, a Companhia passou a efetuar abatimentos nas faturas a pagar com o EPCista daquele consórcio construtor, no montante de R\$ 75.345 (R\$ 0 – 2024). O valor, a título de abatimento de faturas vincendas, superou o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2025, refletindo no montante contabilizado a título de outras contas a receber, de R\$ 109.317 (R\$ 0 – 2024).

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

10. Investimentos (controladora)

O quadro abaixo resume a movimentação ocorrida nos exercícios:

Controladas	31/12/2023	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	31/12/2024	Equivalência patrimonial	Distribuição	Aumento de capital	31/12/2025
NFE Power Latam Partic. e Comercio Ltda	238.732	(317.352)	290.089	211.469	(80.052)	-	242.854	374.271
Celba - Centrais Elétricas Barcarena	228.607	(227.876)	70.672	71.403	198.343	(182.500)	217.980	305.226
Celba 2 - Centrais Elétricas Barcarena	911.842	(54.005)	5.864	863.701	(133.107)	-	54.134	784.728
Total Investimento	1.379.181	(599.233)	366.625	1.146.573	(14.816)	(182.500)	514.968	1.464.225

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado

A composição do imobilizado da controladora é demonstrada abaixo:

Descrição	% Depreciação	31/12/2023	Adições	Depreciação	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	31/12/2025
Móveis e utensílios	10%	2	46	(3)	45	-	-		(5)	40
Equipamentos de tecnologia	20%	16	261	(32)	245	99	-		(72)	272
Equipamentos de comunicação	20%	8	-	(2)	6	54	-		(7)	53
Benfeitorias	55%	-	2.760	(283)	2.477	147	(1.059)	1.825	(739)	2.651
Imobilizado em andamento	-	-	1.825	-	1.825	-	-	(1.825)	-	-
Total		26	4.892	(320)	4.598	300	(1.059)	-	(823)	3.016

A composição do imobilizado consolidado é demonstrada abaixo:

Descrição	% Depreciação	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	10%	88	46	-	-	(16)	118
Instalações	10%	6	-	-	-	(1)	5
Móveis e utensílios	10%	325	5	-	-	(50)	280
Equipamentos de tecnologia	10%	1.213	165	-	109	(466)	1.021
Equipamentos de comunicação	20%	160	54	-	-	(101)	113
Benfeitorias	20% a 22%	2.477	147	(1.058)	-	(739)	827
Maquetes	10%	4	-	-	-	(1)	3
Containers	10%	20	100	-	-	(11)	109
Terminal LNG	1,6% a 20%	904.526	-	-	-	(44.117)	860.409
Terrenos	-	1.517	-	-	-	-	1.517
Imobilizado em andamento	-	2.628.294	20.145	(4.731)	(109)	-	2.643.599
Juros sobre empréstimo	-	757.540	22.180	-	-	-	779.720
Total		4.296.170	42.842	(5.789)	-	(45.502)	4.287.721

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado--Continuação

Descrição	% Depreciação	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	10%	102	-	-	-	(14)	88
Instalações	10%	7	-	-	-	(1)	6
Móveis e utensílios	10%	308	66	-	-	(49)	325
Equipamentos de tecnologia	10%	1.172	448	-	-	(407)	1.213
Equipamentos de comunicação	20%	260	-	-	-	(100)	160
Benfeitorias	20% a 22%	3	2.760	(3)	-	(283)	2.477
Maquetes	10%	5	-	-	-	(1)	4
Containers	10%	22	-	-	-	(2)	20
Terminal LNG	1,5% a 20%	-	-	-	904.526	-	904.526
Terrenos	-	1.517	-	-	-	-	1.517
Imobilizado em andamento	-	2.183.093	1.214.346	(17.995)	(751.150)	-	2.628.294
Juros sobre empréstimo	-	209.996	700.920	-	(153.376)	-	757.540
Total		2.396.485	1.918.540	(17.998)	-	(857)	4.296.170

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

12. Intangível

A composição do intangível da controladora é demonstrada abaixo:

Descrição	31/12/2023	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2025
Direito de uso	6.248	-	-	(1.271)	4.977	-	-	(1.271)	3.706
Software	25	-	-	(7)	18	-	-	(7)	11
Total	6.273	-	-	(1.278)	4.995	-	-	(1.278)	3.717

A composição do intangível consolidado é demonstrada abaixo:

Descrição	31/12/2023	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2025
Direito de uso	41.004	1.929.683	(2.211)	(77.509)	1.890.967	-	(748.604)	(77.627)	1.064.736
Software	25	-	-	(7)	18	-	-	(7)	11
Total	41.029	1.929.683	(2.211)	(77.516)	1.890.985	-	(748.604)	(77.634)	1.064.747

Os contratos de arrendamento, bem como a movimentação por contrato de direito de uso estão descritos na nota 16.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

13. Tributos a recolher

Os saldos de tributos a recolher são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS e Cofins	410	11	13.963	37.967
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	33.157
Impostos retidos	716	640	3.240	3.898
Impostos sobre folha	543	506	769	710
Impostos estaduais	-	-	1.016	11.510
Outros impostos	-	1	35	158
Total	1.669	1.158	19.023	87.400

13.1 Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2025 e 2024, houve apuração de lucro tributável apenas na controlada Celba Centrais Elétricas Barcarena S.A.. Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

Com relação às demais empresas do grupo, não houve constituição de diferido fiscal ativo. Como a base tributável do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, isenções e incentivos fiscais, dentre outras variáveis consideradas incertas, não foram constituídos diferidos ativos sobre os valores de prejuízo fiscal e base negativa.

	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	238.380	(194.255)
Alíquota combinada	34%	34%
	(81.049)	66.047
Adições (exclusões) permanentes		
Outras adições, exclusões líquidas	(3.294)	(11.290)
Adições (exclusões) temporárias		
Perda de variação cambial não realizada	47.712	143.753
Juros e amortização de arrendamento	(64.337)	17.843
Pagamento de arrendamento	60.123	(50.402)
Provisões diversas	807	1.138
Lucro real	(40.038)	34.995
Compensação de prejuízo fiscal	-	(1.374)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(40.038)	(33.621)

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

14. Fornecedores a pagar

Os saldos de fornecedores são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores do mercado interno (1)	1.652	5.674	621.478	123.736
Fornecedores a faturar	-	-	6.217	4.385
Total	1.652	5.674	627.695	128.121

- (1) O aumento no saldo de fornecedores refere-se à operação de compra de energia elétrica com a Zest Energia S.A. a fim de honrar com a obrigação do fornecimento de energia originada no Leilão de Energia Nova A-6 de 2019, no montante de R\$ 543.330 (R\$ 0 – 31/12/2024). O contrato foi iniciado a partir de julho de 2025.

15. Debêntures

Em fevereiro de 2025, a Companhia recebeu um aporte de R\$ 1.222.328, da sócia LNG Power Limited, e subsequentemente quitou de modo antecipado as debêntures no montante original de USD 180.000, cujo vencimento ocorreria no exercício de 2028.

A composição das debêntures na data-base está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	862.388	862.388
Variação cambial debêntures	264.540	264.540
Juros provisionados	138.658	138.658
(-) Amortização de juros	(18.673)	(18.673)
Amortização custo dívida	4.983	4.983
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.251.896	1.251.896
(-) Pgto principal	(1.170.046)	(1.170.046)
Variação cambial debêntures	(87.443)	(87.443)
Juros provisionados	21.929	21.929
(-) Amortização de juros	(35.437)	(35.437)
Amortização custo dívida	19.101	19.101
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	-

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

16. Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 06 aos seguintes contratos de aluguel:

- Escritório administrativo no Humaitá, Rio de Janeiro (NFE Power Latam):

Refere-se ao arrendamento do antigo escritório administrativo, rescindido em maio de 2024. Esse contrato possuía vigência até 31 de março de 2026, com prestações mensais de R\$ 137, e a Companhia adotava o fluxo de pagamentos com uma taxa de desconto de 5,90%.

- Doca Portuária (Celba 2):

Refere-se ao arrendamento do terreno para construção do terminal portuário da controlada Celba 2 - Centrais Elétricas Barcarena. O contrato possui vigência até 30 de dezembro de 2045, com prestações mensais de R\$ 439. A Companhia adotou o fluxo de pagamentos com uma taxa de desconto de 17,40%.

Mediante aditivo firmado em janeiro de 2023 com a Companhia de Docas do Pará, ocorreu a segregação dos ativos e passivos correspondentes ao direito de uso da Celba 2 - Centrais Elétricas Barcarena para a Celba - Centrais Elétricas Barcarena, separando os montantes e áreas correspondentes a cada ativo em desenvolvimento.

- Escritório administrativo no Leblon, Rio de Janeiro (NFE Power Brasil):

Refere-se ao arrendamento do novo escritório administrativo da Companhia. Esse contrato possui vigência até 09 de novembro de 2028, com prestações mensais de R\$ 162. A Companhia adotou o fluxo de pagamentos com uma taxa de desconto de 12,33%.

- *Floating Storage Regasification Units* ("FSRU") Winter e Celsius (NFE Power Latam e Celba):

Refere-se ao arrendamento dos navios Winter e Celsius, e que abasteceu e abastece os terminais de GNL da NFE Power Latam e Celba, respectivamente. O contrato da embarcação Winter foi firmado em outubro de 2024, com uma vigência original até agosto de 2042, porém foi rescindido em abril de 2025, com a finalização do contrato de fornecimento de gás com a TBG; por sua vez, o contrato da embarcação Celsius foi firmado em fevereiro de 2024 e possui vigência até agosto de 2039. As controladas adotaram o fluxo de pagamentos com uma taxa de desconto de 12%.

Controladora

Abaixo é demonstrado a movimentação do direito de uso, bem como do passivo de arrendamento na sequência:

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

16. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

Ativo

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro 2023	6.248
(-) Amortização	(1.271)
Saldo em 31 de dezembro 2024	4.977
(-) Amortização	(1.271)
Saldo em 31 de dezembro 2025	3.706

Passivo

Saldo em 31 de dezembro 2023	6.419
Juros do exercício	784
(-) Contraprestações pagas	(1.186)
Saldo em 31 de dezembro 2024	6.017
Juros do exercício	650
(-) Contraprestações pagas	(1.948)
Saldo em 31 de dezembro 2025	4.719
Total passivo circulante	1.595
Total passivo não circulante	3.124

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

16. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

Consolidado

Ativo

	Escritório (NFE Power)	Escritório (Latam)	FSRU (Latam)	FSRU (Celba)	Terreno (Celba 2)	Terreno (Celba)	Total
Saldo em 31 de dezembro 2023	6.248	2.929	-	-	8.784	23.043	41.004
Adições	-	-	778.896	1.150.787	-	-	1.929.683
Baixa	-	(2.211)	-	-	-	-	(2.211)
(-) Amortização	(1.271)	(718)	(17.309)	(56.765)	(399)	(1.047)	(77.509)
Saldo em 31 de dezembro 2024	4.977	-	761.587	1.094.022	8.385	21.996	1.890.967
Baixa	-	-	(748.605)	-	-	-	(748.605)
(-) Amortização	(1.271)	-	(12.982)	(61.926)	(400)	(1.047)	(77.626)
Saldo em 31 de dezembro 2025	3.706	-	-	1.032.096	7.985	20.949	1.064.736

Passivo

	Escritório (NFE Power)	Escritório (Latam)	FSRU (Latam)	FSRU (Celba)	Terreno (Celba 2)	Terreno (Celba)	Total
Saldo em 31 de dezembro 2023	6.419	3.328	-	-	9.028	24.695	43.470
Adições	-	-	778.896	1.150.788	-	-	1.929.684
Juros do exercício	784	86	33.130	138.859	1.545	4.226	178.630
Variação cambial	-	-	106.236	278.829	-	-	385.065
Baixa	-	(2.667)	-	-	-	-	(2.667)
(-) Contraprestações pagas	(1.186)	(747)	(38.591)	(148.249)	(1.584)	(4.332)	(194.689)
Saldo em 31 de dezembro 2024	6.017	-	879.671	1.420.227	8.989	24.589	2.339.493
Juros do exercício	650	-	24.408	150.379	1.537	4.206	181.180
Variação cambial	-	-	(63.727)	(158.019)	-	-	(221.746)
Baixa	-	-	(810.926)	-	-	-	(810.926)
(-) Contraprestações pagas	(1.948)	-	(29.426)	(172.716)	(1.584)	(4.333)	(210.007)
Saldo em 31 de dezembro 2025	4.719	-	-	1.239.871	8.942	24.462	1.277.994

Total passivo circulante 168.741

Total passivo não circulante 1.109.253

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos (consolidado)

Em janeiro de 2024, a Celba 2 obteve uma linha de crédito junto ao BNDES, no montante de USD 355.000.000 (trezentos e cinquenta e cinco milhões de dólares), desse montante, USD 344.000.000 (trezentos e quarenta e quatro milhões de dólares) já foram liberados para a conclusão da construção da termoeletrica de Barcarena. O prazo de liquidação desse empréstimo é outubro de 2045. Abaixo, inserimos os empréstimos vigentes nas datas-base:

Modalidade	Taxa média de juros	Consolidado	
		2025	2024
Empréstimos BNDES	Credito A - Taxa 6,82% a.a	1.202.102	1.263.187
Empréstimos BNDES	Credito B - Taxa 7,62% a.a	572.237	596.544
Empréstimos BNDES	Credito C - Taxa 8,40% a.a	362.678	375.165
(+) Juros		33.378	34.890
(-) Custos de transações a apropriar		(59.723)	(62.803)
		2.110.672	2.206.983
Circulante		57.454	-
Não circulante		2.053.218	2.206.983

A movimentação desses empréstimos ocorreu da seguinte forma:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	2.206.983	977.472
Captação recurso	-	1.726.271
Pagamento de empréstimo	-	(978.081)
(-) Comissão financiamento	(67)	(65.514)
Provisão de Juros	155.973	122.996
Variação cambial principal	(255.052)	434.846
Variação cambial juros	(176)	-
(-) Pagamento juros	-	(15.335)
(+) Amortizações comissão	3.011	4.328
Saldo final	2.110.672	2.206.983
Curto prazo	57.454	-
Longo prazo	2.053.218	2.206.983

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$3.395.085, está representado por 3.395.085 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O controle acionário da Companhia é detido integralmente pela LNG Power Limited desde 14 de outubro de 2016.

Capital social	Consolidado e controladora			
	2025		2024	
	Ações	Ações	Ações	Ações
Saldo em 1º de janeiro	1.719.813	1.719.813	1.242.180	1.242.180
Integralização de capital	43.473	43.473	42.857	42.857
Aumento de capital	1.631.799	1.631.799	434.776	434.776
Saldo em 31 de dezembro	3.395.085	3.395.085	1.719.813	1.719.813

Composição societária	2025		2024	
	Ações	Valor em reais	Ações	Valor em reais
Ações integralizadas	3.395.085	3.395.085	1.719.813	1.719.813
Ações a integralizar	-	-	43.473	43.473
Total ações subscritas	3.395.085	3.395.085	1.763.286	1.763.286

Durante o exercício corrente, a LNG Power Limited efetuou uma série de aumentos no capital da NFE Power Brasil Participações S.A. no montante de R\$ 1.631.799 através de contratos de câmbio. Em 2024, houve um aumento no capital da controlada de R\$ 434.776.

b) Custo de captação

Refere-se ao valor do custo de captação para emissão de novas cotas do capital social, representado exclusivamente pelo pagamento do IOF sobre câmbio da remessa do sócio estrangeiro. Durante o exercício corrente, a adição ao custo de captação foi de R\$ 6.413 (R\$ 1.815 – 2024).

IOF	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	(12.938)	(6.525)	(12.938)	(6.525)
Total	(12.938)	(6.525)	(12.938)	(6.525)

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

18. Patrimônio líquido--Continuação

c) Transações de capital com acionista

No ano de 2023, a LNG Power Limited contribuiu na Companhia suas ações da NFE Power Latam Participações, Celba - Centrais elétricas Barcarena e Celba 2 - Centrais elétricas Barcarena gerando impacto direto no custo de transação.

Referem-se ao registro da participação nas investidas. O valor relativo ao aumento da participação sobre prejuízos acumulado das companhias é registrado nesta rubrica. Segue abaixo quadro ilustrativo:

	2025	2024
NFE Power Latam Participações	(27.909)	(27.909)
NFE Power Maranhão Participações	(1)	(1)
NFE Power SSLNG Participações	(5)	(5)
NFE Power Brasil 2 Participações	(624)	(624)
Celba - Centrais Elétricas Barcarena	168.028	168.028
Celba 2 - Centrais Elétricas Barcarena	(178.755)	(178.755)
Total	(39.266)	(39.266)

d) Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia recebeu no ano calendário de sua acionista, a LNG Power Limited, o montante de R\$ 12.351 (R\$ 0 – 2024), cujo intuito de aumento de capital a ser realizado durante o ano de 2026.

19. Receita operacional líquida

A composição da receita por natureza é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita com fornecimento de GNL	-	-	2.023.567	1.078.754
Receita com venda de energia elétrica	-	-	1.225.350	-
Receita de <i>take or pay</i> (a)	-	-	4.527	250.045
(-) PIS	-	-	(47.526)	(18.746)
(-) COFINS	-	-	(218.911)	(86.345)
(-) ICMS	-	-	(386.202)	(192.680)
(-) Pesquisa e desenvolvimento	-	-	(11.005)	-
Total	-	-	2.589.800	1.031.028

- (a) As controladas possuem acordos relacionados ao fornecimento do GNL em que o gás é vendido em uma base de "take-or-pay", isto é, o cliente deve remunerar os volumes mínimos garantidos, mesmo que não receba a entrega. Os contratos vigentes preveem volumes mínimos a serem demandados por trimestre, bem como por ano.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

20. Custo dos produtos vendidos

Segue a composição do custo segregada por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos dos produtos vendidos	-	-	(1.128.524)	(550.821)
Compra de energia elétrica	-	-	(1.308.347)	-
Perdas de estoque de GNL (1)	-	-	(35.857)	(76.071)
Custos com afretamento	-	-	(3.980)	(107.167)
Custo com apoio marítimo	-	-	(49.797)	(69.980)
Custo com O&M (2)	-	-	(13.332)	(29.336)
Custo com HSEQ (3)	-	-	(636)	(5.873)
Custos com rebocadores	-	-	(2.175)	(40.438)
Custos com material de consumo e suprimentos	-	-	(457)	(4.351)
Custos com juros sobre arrendamentos	-	-	(126.399)	(97.214)
Custos com fretes	-	-	(875)	(82)
Custos com depreciação e amortização	-	-	(18.857)	(69.786)
Custos com locação de equipamentos	-	-	(2.527)	(4.496)
Custos com serviços de consultoria e assessoria	-	-	(18.090)	(5.812)
Custos com serviços operacionais	-	-	(3.064)	(7.534)
Outros custos da operação	-	-	(39.215)	(14.186)
Total	-	-	(2.752.132)	(1.083.147)

(1) As perdas de estoque referem-se ao “boil-off” do GNL ocorrido dentro dos navios Celsius e Winter, assim como eventuais divergências entre o controle de inventário e medição efetuado no navio.

(2) Custo referente ao serviço de operação e manutenção dos terminais.

(3) Custo referente ao monitoramento contínuo de compromissos ambientais.

21. Despesas gerais, administrativas e outras

A composição das despesas por natureza é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com pessoal	(58.606)	(80.364)	(74.514)	(93.911)
Depreciação e amortização	(2.102)	(1.598)	(2.720)	(2.853)
Impostos e taxas	(1.601)	(1.215)	(15.585)	(3.918)
Serviços advocatícios	(6.476)	(2.432)	(9.205)	(2.776)
Honorários contábeis	(649)	(414)	(1.585)	(1.135)
Viagem e estadia	(2.802)	(3.143)	(3.558)	(4.519)
Serviços profissionais e consultorias	(5.361)	(4.913)	(9.494)	(8.307)
Outras despesas operacionais	(83.125)	(4.263)	(99.190)	(8.236)
Outras receitas operacionais (1)	737	-	165.827	205
Total	(159.985)	(98.342)	(50.024)	(125.450)
Despesas gerais, administrativas e outras	(160.722)	(98.342)	(215.849)	(125.655)
Outras receitas, líquidas	737	-	165.827	205

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

21. Despesas gerais, administrativas e outras--Continuação

(1) Em 2025, o montante na controladora refere-se, majoritariamente, ao efeito líquido do rateio das despesas administrativas incorridas de forma centralizada na Controladora, de R\$ 402. No consolidado, o montante de R\$ 96.780 refere-se a perdão de dívida com o fornecedor Zest Energia S.A., e cerca de R\$ 62.320 refere-se à baixa do arrendamento do Navio Winter, da controlada Latam ao desconhecimento do arrendamento do Energos Winter da investida Latam. Nenhum desses eventos ocorreu em 2024.

22. Gastos de manutenção do terminal (consolidado)

Em 2025, o terminal da NFE Power Latam em São Francisco do Sul entrou em hibernação, os gastos com a manutenção do terminal são demonstrados adiante:

	2025	2024
Perdas de estoque	4.007	-
Afretamento	4.482	-
Serviços rebocadores	5.334	-
Serviços apoio marítimo	18.464	-
Serviços O&M	14.746	-
Amortização arrendamento	12.982	-
Serviços HSEQ	6.111	-
Depreciação do terminal	44.116	-
Outros custos da operação	29.253	-
Total	139.495	-

23. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	911	395	22.244	3.994
Variação cambial ativa	90.784	41.348	482.939	106.107
Descontos obtidos	-	-	240	-
Receita de juros Selic	5	74	1.424	252
Derivativo marcado a mercado - não realizado	-	-	7.233	-
	91.700	41.817	514.080	110.353
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(50)	(12)	(1.064)	(193)
Variação cambial passiva	(1.317)	(309.918)	(114.815)	(820.774)
Encargos sobre pagamentos em atraso	(341)	(637)	(12.434)	(1.843)
Despesas com IOF	(289)	(58)	(6.144)	(3.651)
Despesas com juros e amortização do custo debêntures	(41.030)	(143.643)	(10.342)	(127.128)
Juros sobre arrendamento – Winter	-	-	(24.408)	-
Comissões sobre fianças	(140)	-	(166)	(54)
Despesas de juros financiamento	(2.358)	(2.365)	(44.966)	(2.365)
Derivativo marcado a mercado - realizado	-	-	(5.790)	(31.705)
Derivativo marcado a mercado - não realizado	-	-	-	(7.233)
Outras despesas financeiras	(650)	(3.473)	(650)	(3.566)
	(46.175)	(460.106)	(220.779)	(998.512)
Resultado financeiro líquido	45.525	(418.289)	293.301	(888.159)

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 48, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados por seu custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos Financeiros	Controladora					
	2025			2024		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes	1.223	-	1.223	27.144	-	27.144
Transações com partes relacionadas	5.666	-	5.666	1.294	-	1.294
	6.889	-	6.889	28.438	-	28.438

Ativos Financeiros	Consolidado					
	2025			2024		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes	171.367	-	171.367	234.957	-	234.957
Caixa restrito	187.948	-	187.948	258.087	-	258.087
Contas a receber	598.555	-	598.555	287.577	-	287.577
Outras contas a receber	109.317	-	109.317	-	-	-
	1.067.187	-	1.067.187	780.621	-	780.621

Custo amortizado: incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado na linha de receitas ou despesas contábeis.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria -- continuação

Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos Financeiros	Controladora					
	2025			2024		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Fornecedores	2.035	-	2.035	5.674	-	5.674
Transações com partes relacionadas	3.042	-	3.042	3.103	-	3.103
Debêntures	-	-	-	1.251.896	-	1.251.896
Mútuos a pagar	43.900	-	43.900	43.550	-	43.550
Outras contas a pagar	383	-	383	-	-	-
	49.360	-	49.360	1.304.223	-	1.304.223

Passivos Financeiros	Consolidado					
	2025			2024		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Fornecedores	627.596	-	627.695	128.121	-	128.121
Transações com partes relacionadas	279.857	-	279.857	531.456	-	531.456
Debêntures	-	-	-	1.251.896	-	1.251.896
Mútuos a pagar	712.990	-	712.990	656.642	-	656.642
Empréstimos a pagar	2.110.672	-	2.110.672	2.206.983	-	2.206.983
Arrendamentos	1.277.994	-	1.277.994	2.339.493	-	2.339.493
Outras contas a pagar	34.325	-	34.325	-	7.233	7.233
	5.043.434	-	5.043.434	7.114.591	7.233	7.121.824

Em 31 de dezembro de 2025, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e bancos: Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

Mútuos a receber: São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Mútuos a pagar: São classificados como empréstimos e recebíveis e, apresentadas pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

A Companhia não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2025 e 2024.

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- (a) *Nível 1*: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- (b) *Nível 2*: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- (c) *Nível 3*: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

Em 2025, a Companhia não possuía instrumentos financeiros mensurados a valor justo. Em 2024, o saldo desses instrumentos financeiros era de R\$ 7.233, classificados na categoria de nível 2. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações contábeis da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela administração da Companhia, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições contábeis obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades, contas a receber e os mútuos a receber.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores dos mútuos registrados a receber é minimizado uma vez que não há o histórico de não pagamento em operações intragrupo.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas contábeis relativas aos passivos captados junto às partes relacionadas.

A Companhia entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

25. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2025, a Controladora possui passivos contingentes trabalhistas cuja probabilidade de perda está classificada como provável estimados em R\$ 1.264 (R\$ 0 – 31/12/2024), e no consolidado, cerca de R\$ 6.924 (R\$ 158 – 31/12/2024). Para esses processos, há um total depositado em juízo de cerca de R\$ 4.104.

Com relação às contingências possíveis, há em curso processos que totalizam cerca de R\$ 1.706.307 (R\$ 470.640 – 31/12/2024). Os principais são mencionados abaixo:

- Processo movido pelos pescadores quilombolas contra a NFE Power Brasil e a Celse Centrais Elétricas de Sergipe S.A., antiga Companhia do Grupo NFE, por alegados danos causados em decorrência do Complexo Termoelétrico Porto de Sergipe I.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

25. Provisão para contingências--Continuação

Esse processo possui uma perda possível estimada de R\$ 341.072 (R\$ 281.964 – 31/12/2024).

- Execução fiscal ajuizada pelo Município de Barra dos Coqueiros para exigir o ISS, multa e juros, relacionados a autos de infração da antiga controlada Celse Centrais Elétricas de Sergipe S.A.. Apesar da Companhia ter sido vendida em 2021 e não fazer mais parte do Grupo NFE, a NFE Power Brasil ainda responde de forma solidária nesses processos. O montante de perda possível estimado é de R\$ 44.162 (R\$ 29.924 – 31/12/2024).
- Arbitragem iniciada pela Evolution Power Partners S.A., que alega um eventual direito contra a NFE Power Brasil, ao recebimento de *earn-out* sobre o contrato de compra e venda, no âmbito do contrato adquirido pela Portocem Geração de Energia S.A., parte relacionada da Power Brasil, no Leilão de Reserva de Capacidade de Energia. O montante de perda possível é estimado em R\$ 158.659 (R\$ 158.659 – 31/12/2024).
- Processo movido pela Alunorte contra a Celba, no montante de R\$ 375.370 (R\$ 0 – 31/12/2024) que busca o reembolso de supostos prejuízos decorrentes do atraso da Companhia no fornecimento de gás; e o reembolso de valores de tributos de Pis e Cofins incidentes sobre os valores pagos a título de *shortfall* e *excess nomination*, previstos no contrato de venda de gás celebrado pelas partes.
- Processo movido pela colônia de pescadores de São Francisco do Sul contra a NFE Latam, questionando o montante pago a título de compensação ambiental, em função de alegados danos causados pelo terminal de regaseificação da Empresa em detrimento da atividade pesqueira local. Esse processo possui uma perda possível estimada de R\$ 255.877 (R\$ 93 – 31/12/2024).
- Arbitragem emergencial iniciada pela TSE S/A, em 2025, contra a Celba 2, em tentativa de impugnar o direito da Companhia, de sacar e executar garantia bancária, tendo como valor envolvido R\$ 190.439. A arbitragem emergencial foi finalizada sem que a TSE S/A pudesse impedir o saque, pela Companhia, da citada garantia bancária. Pelas regras da câmara de arbitragem (CCI), a TSE S/A converteu o pedido emergencial em arbitragem (não emergencial) contra a CELBA2 para discutir o tema, dentre outras possíveis causas de pedir. Esta arbitragem ainda está em fase de constituição do tribunal arbitral (nomeação dos árbitros) e ainda não possui a quantificação dos pleitos de parte a parte. Atualmente estima-se um montante envolvido de R\$501.395. Em paralelo, a TSE S/A ajuizou uma cautela pré-arbitral cujo prognóstico de perda também é acessado como possível, no montante de R\$29.772.

26. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

26. Seguros--continuação

a) Risco Engenharia

Para a construção e instalação da UTE Novo Tempo Barcarena, Usina de Ciclo combinado, cuja potência instalada é de 611,8MW, a gás natural com cobertura máxima de USD 423.472 e vigência de 23/11/2022 a 30/03/2026.

Para Obras Civis em Construção e/ou Instalação e Montagem necessárias à Implantação de infraestrutura portuária (Terminal Marítimo de Regaseificação), gasoduto "On Shore e Off Shore" e Estação de Condicionamento de Gás (ECG). Projeto TGS. Processo 15414.900391/2017-26, cobertura máxima de R\$ 425.596 e vigência de 26/12/2023 a 04/04/2026.

Para Obras Civis em Construção e/ou Instalação e Montagem, incluindo as atividades de testes, comissionamento, necessárias à implantação do novo Terminal de Regaseificação GNL, denominado Barcarena LNG Terminal. Processo, cobertura máxima de R\$ 275.136 e vigência de 31/10/2023 a 07/04/2026.

b) Risco de responsabilidade cível

Para a construção e instalação da UTE Novo Tempo Barcarena, Usina de Ciclo combinado, cuja potência instalada é de 611,8MW, a gás natural com cobertura máxima de R\$ 214.384 e vigência de 23/11/2022 a 30/03/2026.

27. Eventos Subsequentes

Resultado do Leilão de Reserva de Capacidade de Energia em 18 de março de 2026:

A Lins, parte relacionada da NFE Power Brasil, garantiu o PPA e venceu o Leilão de Reserva de Capacidade de 2026 para o complexo termelétrico a gás natural de Lins. O projeto envolve investimentos de aproximadamente R\$ 4.500.000, capacidade instalada de cerca de 730 MW e receita fixa anual estimada em R\$ 1.529.000 por 15 anos, com início da operação comercial previsto para agosto de 2031. A NFE Power Latam, através do TGS, será a responsável pelo fornecimento de gás natural para a usina após o início das operações.

A Celba, por sua vez, foi vencedora do Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência (LRCAP 2026) com o projeto da Usina Termelétrica (UTE) Novo Tempo Barcarena II, movida a gás natural e localizada no município de Barcarena, no Estado do Pará. Esse leilão teve como objetivo contratar potência de usinas de geração despachável, de modo a complementar às fontes renováveis intermitentes e assegurar a confiabilidade do suprimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Nesse certame foram contratados 100,8 MW de disponibilidade de potência. O contrato estabelece uma receita fixa anual estimada em R\$ 261.400, com prazo de vigência de 15 anos e início da operação comercial previsto para agosto de 2029. A usina será integrada à infraestrutura já existente na região de Barcarena, utilizando o terminal de GNL para o suprimento de gás natural.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

28. Eventos Subsequentes--Continuação

Contrato de compra e venda de gás natural com a Petrobras:

Em 18 de março de 2026, foi celebrado um contrato de compra e venda de gás natural, na modalidade firme, entre a NFE Power Latam e a Petróleo Brasileira S.A. – Petrobras. O contrato entrou em vigor na data da assinatura e seu término ocorrerá dez anos após o início do fornecimento, independentemente de aviso ou notificação entre as partes. Conforme Leilão de Reserva de Capacidade de Energia, ocorrido também em 18 de março de 2026, o início do fornecimento está previsto para 01 de agosto de 2027 e término de vigência em 31 de julho de 2036, em linha com o produto que as térmicas da Petrobrás se sagraram vencedoras no Leilão de Reserva de Capacidade de Energia. A capacidade diária contratada é de 5 milhões de m³/dia, e o valor total estimado do contrato é de R\$ 8.065.383.

Com o arrendamento posterior à celebração deste contrato, a NFE Power Latam passou a ser remunerada com um percentual fixo sobre a receita anual, conforme explicado no tópico a seguir.

Arrendamento do terminal de gás natural à J&F:

Em 20 de março de 2026, foi celebrado um *term sheet* pelo arrendamento do terminal de gás da NFE Power Latam juntamente com a J&F S.A.. O presente *term sheet* deverá ser suplantado por um contrato de arrendamento, que possuirá prazo de dez anos contados a partir da data da sua assinatura, exceto se vier a ser prorrogado por mútuo acordo, formalizado entre as partes.

Pela utilização do TGS Terminal, a J&F pagará o valor fixo anual de USD 20,000,000, reajustado anualmente pelo índice CPI-U (*Consumer Price Index for All Urban Consumers*), divulgado pelo U.S. Bureau of Labor Statistics, tendo como base a data de assinatura do contrato.

O preço do arrendamento será automaticamente acrescido de uma remuneração adicional equivalente a 35% da receita fixa auferida pela J&F em decorrência da celebração do contrato de compra e venda de gás celebrado entre a NFE Power Latam e a Petrobras.

Entrada em operação do Terminal de Gás de Barcarena em abril de 2026:

No mês de abril de 2026, o ativo do Terminal de Barcarena foi colocado em operação comercial após a substituição de duas válvulas, componentes relevantes para a operação e estando desde então, portanto, o ativo em condições de plena capacidade de operação conforme desenho técnico.
